CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DO ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL

PROCESSO N.: - 6/68 - CEE
INTERESSADO: - JOSÉ PAULO DE MOURA
ASSUNTO : - Diplomação no Curso Normal
RELATOR : - Conselheiro NIVALDO CÂNDIDO DE OLIVEIRA

P A R E C E R N. 24/69 - CEPEN

1. Subscrevemos a Informação da Assessoria Técnica deste Conselho (fls. 15 a 16) e ela passa a integrar nosso Parecer:
"INFORMAÇÃO AT-114/67

- HISTÓRICO -

O aluno José Paulo de Moura, concluiu em 1965 o Curso Técnico de Contabilidade (22 ciclo), no Colégio Santinelli. Matriculou-se em 1966 no 2º ano do Curso Normal do IEE. Conselheiro Crispiniano, em Guarulhos. Não lhe foi exigida adaptação no ano de 1966, sendo convocado para exames desse tipo em março de 1967, quando já estava aprovado no 2º para o 3º ano normal. Obteve bons resultados nos exames de História do Brasil (7,0), Geografia do Brasil (10,0) e Psicologia Educacional (7,0). Na cadeira de Metodologia e Prática do Ensino obteve a nota 2,25, o que lhe valeu reprovação. Contudo, a direção da escola consentiu na sua matrícula no 3º ano, eis que na mesma cadeira de Metodologia e Prática do Ensino obtivera, nos exames regulares do curso, a média final 7,40.

O novo diretor do estabelecimento deparou com a situação de fato e representou para a Chefia do Ensino Secundário e Normal, solicitando providências e esclarecimentos. Esta alegando que "não há fundamento legal que possibilite solução," encaminha o problema à decisão do Conselho.

DISCUSSÃO:

Ao regime de adaptação está sujeito todo aluno que se transfere de um para outro tipo de curso, havendo entre eles diferenças curriculares.

E exigência do LDB em seu artigo 41, que foi regulamentado, tendo em vista o sistema de ensino de S. Paulo, pela Resolução n. 19/65. Embora o artigo 5º da Resolução, com a sua exigência de que a adaptação se faça antes do início do período escolar, deixe entrever a necessidade da realização de exames para adaptar o aluno, na verdade em nenhum momento aquela Resolução faz menção expressa a exames de adaptação. Tanto as considerações iniciais, quanto o articulado, falam em trabalhos de adaptação, processo ou conjunto de processos de adaptação, modalidade de adaptação, etc.

Ferindo a matéria, as Normas Regimentais dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo, no seu artigo 41, fazem remissão aos critérios do Conselho Estadual de Educação e, no § 2º, determinam que a escola disponha de Comissão de Professores para cuidar dos casos a decidir.

Apesar de se não falar em exames, de modo geral, os estabelecimentos decidem-se por essa forma de agir, sempre que se lhes apresenta o problema de adaptar um aluno transferido. Na verdade, o mais certo seria levar em conta que o processo de adaptação é "mais educativo que legal e constitui tarefa menos da lei, que do magistério", como diz o considerando n. 7, da Resolução n. 19/65, e, em vez de exames, deveriam os estabelecimentos estudar um processo de absorção do aluno dentro das atividades escolares que lhes são peculiares, sem dar tanta ênfase a provas formais, que nenhuma validade terão enquanto não forem a coroação de um processo mais ou menos longo de vivência de aluno com as peculiaridades do curso que frequenta. Muito embora isso seja matéria pacífica, a própria Resolução n. 19/65, no seu artigo 5S, à vista da redação que lhe foi dada, não enseja a prática da melhor doutrina para a espécie, eis que ao condicionar seja feita a comprovação da adaptação antes da matrícula, acaba por encaminhar todas as soluções à vala comum dos famigerados exames.

No caso em tela, o estabelecimento, dirigido na época por diretor substituto, recebeu matrícula que impunha adaptação, sem, no entanto, proceder à sua realização. O novo diretor, chegado em meados do ano, providenciou a realização de exames de adaptação para março do ano seguinte, a fim de regularizar a situação do aluno, ocorrendo o absurdo: o aluno, que já fora promovido para o 3º ano normal, com média final 7,4, em Metodologia e Prática do ensino, prova mais que cabal de sua adaptação ao curso em que se matriculou, fica reprovado nessa mesma cadeira no exame de adaptação. E para tornar o caso ainda mais curioso, é lhe permitido concluir o 3º ano Normal com resultados satisfatórios nessa mesma cadeira (4,0-4,0-7, 0-7,0, cada bimestre).

Resta-nos, à vista do exposto, formular as seguintes indagações, de cujas respostas dependerá o destino do aluno.

1) Não se tratando de transferência típica de aluno de um curso para outro, mas de matrícula de aluno concluinte de curso colegial, no 2º ano do curso normal, caberia a aplicação, por extensão, das determinações da Resolução n. 19/65?

2) Não se tendo aplicado as disposições da Resolução n. 19/65 na época legal, teriam validade os resultados obtidos pelo aluno nos anos de 1966 e 1967?

3) É certo que se deva entender por adaptação apenas os exames formais ou, no seu lugar, admite-se a validade de outros processos de adaptação?

4) Entre os resultados dos exames formais de adaptação e os obtidos em dois anos de trabalhos regulares, a quais deles se deve valorizar para enquadrar o caso do interessado?

5) Diante da situação de fato criada pela realização da adaptação fora de época e pela contradição havida entre os resultados dos dois anos letivos e os dos exames de adaptação, como enquadrar o caso do aluno:

Considerar cancelada a sua matrícula em 1966 e, por conseguinte, perdidos todos os resultados destes dois anos?

Considerar validos os resultados dos dois anos de estudos e autorizar a diplomação do interessado?

À consideração das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e do Ensino Médio.

São Paulo, 28 de dezembro de 1967

a) Paulo Nathanael Pereira de Souza
Assessor Chefe do CEE

2 Isto posto, julgamos esta solução:

a - Para enquadrar o caso do interessado, entre os resultados dos exames formais da adaptação e os resultados obtidos em dois anos de estudos e trabalhos regulares - considerem-se estes;

b - Diante da situação DE FATO criada pela realização da adaptação fora de época e pela contradição havida entre os resultados do 2º normal e o do exame de adaptação - despreza-se este resultado e confirma-se a matrícula no 3º ano normal.

Isto, smj.

São Paulo, 28 de junho de 1969

a) Conselheiro NIVALDO CÂNDIDO DE OLIVEIRA
RELATOR

Aprovado na 8ª sessão extraordinária da Câmara do Ensino Primário e Normal, realizada em 24 de julho de 1969.

a) Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES
Presidente da CEPEN